

SEGURANÇA

OLHARES DO ESTADO, ACADEMIA, SOCIEDADE,
EMPRESAS E TRABALHADORES

1



Cadernos *The People* | 2017 | Ano 1 | Número 1 - Segurança: Olhares do Estado, Academia, Sociedade, Empresas e Trabalhadores
Distribuição Gratuita | Coordenadores: Natividade Gomes Augusto & João Milhano |

Revista *Segurança Comportamental* | 2017 | Ano 8 | Número 11 | Valor: 5,00 € | Anual | www.seguranacomportamental.com
Diretora Executiva: Natividade Gomes Augusto | Diretora do Conselho Editorial: Sónia P. Gonçalves





Safety Coaching Program

geral@pro-ativo.com
+351 216 022 572

ProAtivo,
Instituto Português

Conteúdos

Apresentação

04. **Coordenação** Natividade Gomes Augusto & João Milhano

CAPÍTULO I

Segurança Interna

10. **Editorial** João Milhano
12. **Estado** Carla Rodrigues Pinto - Autoridade Nacional de Aviação Civil
20. **Empresas** Rui Costa Fonte - Infraestruturas de Portugal, SA

CAPÍTULO II

Segurança Alimentar

30. **Editorial** César P. Augusto
34. **Estado** Pedro Portugal Gaspar - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
42. **Academia** Jorge Saraiva - Universidade de Aveiro
48. **Sociedade** Ana Cristina Tapadinhas - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
54. **Empresas** Pedro Queiroz - Federação das Indústrias Portuguesas Agro-alimentares

CAPÍTULO III

Segurança na Escola

64. **Editorial** Diana Santiago Carreira
66. **Academia** Margarida Gaspar de Matos - Faculdade de Motricidade Humana

CAPÍTULO IV

Segurança na Estrada

74. **Editorial** Celestino Martins
76. **Sociedade** Carlos Barbosa - Automóvel Club de Portugal

CAPÍTULO V

Segurança no Trabalho

82. **Editorial** Natividade Gomes Augusto
84. **Estado** Pedro Pimenta Braz - Autoridade para as Condições de Trabalho
92. **Academia** João Areosa - Universidade Nova de Lisboa - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
102. **Empresas** Sérgio Manuel - EDP- Energias de Portugal, SA
108. **Empresas** Luís Fernandes - CIMPOR Intercement
114. **Trabalhadores** Arménio Carlos - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional

CAPÍTULO VI

Segurança de Informação

122. **Editorial** João Milhano
124. **Estado** Pedro Veiga - Gabinete Nacional de Segurança / Centro Nacional de Cibersegurança
128. **Estado** Filipa Calvão - Comissão Nacional de Proteção de Dados

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Natividade Gomes Augusto: Vogal do Conselho Editorial em representação da PROATIVO, Instituto Português. Socióloga. Pós-graduada em Gestão de Segurança (*safety*). Gestora de Segurança (*Security*). Especialista em *Behaviour Based Safety & Security*

João Milhano: Vogal do Conselho Editorial em representação da PSP-Polícia de Segurança Pública. Gestor de Segurança (*Security*). Especialista em Segurança (*Safety*)
direcao@segurancacomportamental.com

Responsáveis Técnicos

César Petrónio Augusto: Responsável pelo Capítulo II sobre a Segurança Alimentar. Larga experiência como Diretor de Manutenção na Indústria Alimentar. Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*

Celestino Martins: Responsável pelo Capítulo IV sobre a Segurança na Estrada. Experiência de Segurança Rodoviária em Contexto Laboral. Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*

Diana Santiago Carreira: Responsável pelo Capítulo III sobre a Segurança Escolar. Doutorada em Geografia Humana. Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*
geral@segurancacomportamental.com

Responsável Científico

Sónia P. Gonçalves: Diretora do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*
sonia.goncalves@segurancacomportamental.com

Coleção Cadernos *The People* - publicação da Revista *Segurança Comportamental*

Caderno Temático n.º: Segurança - Olhares do Estado, Academia, Sociedade, Empresas e Trabalhadores

SSN (International Standard Serial Number) n.º 1647 - 5976 | INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) n.º 20091000031258

Propriedade:

GA, Lda., Rua Fernando maurício | n.º 21 | 4C, 1950-447 Lisboa - Tel.: 216 022 572 - NIF 509892361 - www.segurancacomportamental.com

Apresentação



COORDENADORES

Natividade Gomes Augusto Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental* em representação do PROATIVO, Instituto Português
João Milhano Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental* em representação da PSP - Polícia de Segurança Pública

Os Cadernos *The People* (CTP) têm foco nas pessoas e é uma das publicações da Revista *Segurança Comportamental* (RSC). A sua existência prende-se com a partilha e difusão de conhecimento técnico-científico sobre as pessoas enquanto parte integrante dos sistemas que tenham como objetivo um ambiente social melhor. Em primeira instância por inerência temática surge o sistema de segurança, no entanto também todos os outros sistemas onde a vertente comportamental é considerada e determinante são fundamentais, como por exemplo, no sistema de saúde, de qualidade, de ambiente, de responsabilidade social, de recursos humanos, etc. Este CTP número 1 é parte integrante da Revista *Segurança Comportamental* (Edição n.º 11), tem origem pelo facto de uma franja dos leitores da RSC solicitar o desenvolvimento de alguns temas, indo ao encontro dos interesses também de alguns autores. A estrutura do CTP 1 sobre Segurança foi pensada por forma a ajudar a criar e moldar os comportamentos em prol de um ambiente social mais seguro. Neste sentido serão tratados os temas de Segurança Interna, Segurança Alimentar, Segurança na Escola, Segurança na Estrada, Segurança no Trabalho e Segurança da Informação, de forma que o indivíduo social seja confrontado com um alinhamento de mudança de valores no sistema social completo. São apresentados os olhares das seguintes partes interessadas: Estado, Academia, Sociedade, Empresas e Trabalhadores. Decidiu-se assim executar uma edição composta por opiniões de prestigiados representantes de vários *players* do sistema de segurança (*safety & security*). Foram selecionadas personalidades que representem com rigor essas partes interessadas do sistema de segurança e que possam servir de exemplo a toda a comunidade, de forma que possam vir a influenciar no futuro a mudança comportamental das sociedades e promover uma cultura de segurança das instituições e da nação. Desta forma, espera-se que as personalidades escolhidas venham a ajudar a criar ou moldar valores, atitudes e comportamentos, que objetivem o bem-estar e a salvaguarda da vida humana da comunidade.

QUEM SOMOS? ⁽¹⁾ ⁽²⁾

O CTP 1 é coordenado pela representante da PROATIVO, Instituto Português (Natividade Gomes Augusto) e pelo representante da PSP-Polícia de Segurança Pública (João Milhano) no Conselho Editorial da RSC. Conta ainda com a participação de três especialistas técnicos em Segurança, Vogais do Conselho Editorial da RSC, sendo eles: César Augusto (Segurança Alimentar); Celestino Martins (Segurança Rodoviária) e Diana Carreira (Segurança Escolar). A Diretora do Conselho Editorial da RSC, Sónia P. Gonçalves, participa na vertente científica do trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada utilizou a técnica de entrevista direcionada. O guião de entrevista do CTP 1 foi construído baseada na construção temática numa perspectiva de afunilamento, do mundial/global, europeia e portuguesa. As entrevistas foram executadas presencialmente e outras por escrito. Os convites foram definidos segundo o método estratificado tendo como objetivo a representatividade de todos os *players* em quaisquer dos sistemas de segurança. Foram convidadas trinta e oito personalidades, destas vinte e quatro confirmaram presença. No entanto, somente quinze apresentaram o trabalho proposto. No quadro abaixo apresentamos a síntese de participações:

Sistemas	Player	Entidade	Representante
Segurança Interna	Estado	Autoridade de Segurança de Aviação Civil (ANAC)	Carla Pinto <i>Chefe de Departamento do Gabinete de Facilitação e Segurança da Autoridade Nacional de Aviação Civil</i>
	Empresas	Infraestruturas de Portugal, SA	Rui Costa da Fonte <i>Diretor do Departamento de Security</i>
Segurança Alimentar	Estado	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)	Pedro Gaspar <i>Inspetor-Geral da ASAE</i>
	Academia	Universidade de Aveiro	Jorge Saraiva <i>Diretor da licenciatura em Biotecnologia. Professor Universitário.</i>
	Sociedade (Consumidores)	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO	Ana Cristina Tapadinhas <i>Diretora-Geral da DECO</i>
	Empresas	Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares	Pedro Queiroz <i>Diretor-Geral da FIPA</i>
Segurança na Escola	Academia	Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa	Margarida Gaspar de Matos <i>Coordenadora do Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) da OMS. Professora Universitária.</i>
Segurança na Estrada	Sociedade (Automobilistas)	Automóvel Club de Portugal (ACP)	Carlos Barbosa <i>Presidente do ACP</i>
	Estado	Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)	Pedro Pimenta Braz <i>Inspetor Geral da ACT (à data)</i>
	Academia	Instituto Superior de Línguas e Administração. Universidade Nova de Lisboa - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais	João Areosa <i>Investigador Social do CICS-UNL. Professor Universitário.</i>
Segurança no Trabalho	Empresas	EDP- Energias de Portugal, SA.	Sérgio Manuel <i>Diretor de Prevenção e Segurança da EDP, SA</i>
		CIMPOR Intercement	Luís Alves Fernandes <i>Vice-presidente da CIMPOR Intercement das unidades Portugal e Cabo Verde</i>
	Trabalhadores	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical Nacional (CGTP-IN)	Arménio Carlos <i>Secretário-Geral CGTP-IN</i>
Segurança Informação	Estado	Gabinete Nacional de Segurança / Centro Nacional de Cibersegurança (GNS/CNCS)	Pedro Veiga <i>Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS)</i>
		Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)	Filipa Calvão <i>Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)</i>

Conclusão

Em jeito de breve síntese apresentam-se algumas das preocupações e/ou sugestões que nos parecem consensuais e pertinentes. Esta síntese foi composta pelas opiniões dos nossos entrevistados, dos coordenadores e dos responsáveis temáticos. Fica expressa a consciência de que em alguns capítulos não se encontram representados todos os *stakeholders* identificados como relevantes, e por isso, esta síntese pode não representar totalmente a realidade. No entanto, poderá servir como ponto de partida para outros trabalhos técnico-científicos.

I - Segurança Interna

Caracterização

- A globalização exponencia as interações e relações sociais e também as vulnerabilidades da segurança coletiva.
- Face à ameaça terrorista atual, a União Europeia (UE) e a ONU elaboraram uma estratégia global com vista a contribuir para a segurança mundial.
- A Estratégia de segurança interna da União Europeia foi concebida para prevenir a criminalidade e aumentar a capacidade de resposta atempada e adequada a catástrofes naturais e às provocadas pelo homem, mediante o desenvolvimento e gestão eficaz dos instrumentos apropriados.
- A estratégia adotada ao nível da UE visa promover a democracia, o diálogo e uma boa gestão das questões públicas, a fim de combater os fatores que motivam a radicalização.
- A UE propõe organizar a sua ação em torno de quatro objetivos: Prevenir, Proteger, Perseguir e Responder.
- A economia e a estabilidade e regime de Governo influenciam diretamente a segurança interna de um país ou região.
- Segundo dados do *Global Peace Index* de 2017, Portugal é um dos três países mais pacíficos do mundo, numa análise efetuada em 163 países.
- Lisboa é a cidade capital europeia mais segura, segundo dados do *European Safety Observatory*.
- Entre 2006 a 2016, em Portugal, segundo dados do relatório anual de segurança interna, os crimes informáticos aumentaram mais de 260%, quando a criminalidade em geral diminuiu cerca de 20%.
- As participações por criminalidade informática em 2017 aumentaram 21,9% face ao ano de 2016.
- A criminalidade violenta registada em Portugal em 2017 diminuiu 8,7% em relação a 2016.
- Portugal é atualmente um país com grande e crescente visibilidade no exterior, devido ao futebol, ao turismo, aos cargos ocupados por portugueses (CE e ONU). A visibilidade aumenta o valor do risco.
- Os setores críticos de Portugal (energia, transportes e telecomunicações) têm responsabilidades relevantes na segurança interna.
- Existe uma plataforma informática, que possibilita a comunicação digital com as Forças de Segurança, permitindo formalizar as queixas-crime.
- A área informática, por cada vez mais, suporta a atividade de produção, distribuição e comercialização, constitui-se como uma área de criticidade.
- A migração da economia e de outros setores do mundo físico para o ciberespaço foi acompanhado pelo aumento substancial da cibercriminalidade.
- O setor de segurança privada é um recurso que não pode ser esquecido no panorama da segurança interna e que está nas mãos de empresas privadas.
- A divisão orgânica entre os setores de transporte (aéreo, marítimo, rodoviário e ferroviário) tem de existir, dado que o valor estratégico é diferente.
- Ao nível global a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que o setor da aviação civil continua a ser um alvo preferencial do terrorismo internacional.
- O sistema de segurança da aviação civil apresenta-se como um modelo consolidado, assente no princípio de sobreposição de medidas concêntricas de segurança ou segurança por camadas.
- A gestão da circulação ferroviária, em Portugal, tem capacidade para, remotamente, fazer parar um

comboio ou encaminhá-lo para determinada linha em detrimento de outra, sem intervenção do maquinista.

Ameaças/Desafios

- As atuais ameaças globais são complexas e dinâmicas, colocando grandes desafios à coordenação da prevenção.
- Para elevar o nível de cultura securitária é obrigatório que todos os intervenientes do Estado envolvidos em políticas securitárias tenham as suas responsabilidades e esfera de atuação bem definidas, estabelecendo mecanismos de cooperação e interação robustos.
- Os portugueses, quer o cidadão comum quer responsáveis em empresas e instituições, estão pouco sensibilizados e pouco disponíveis para investir e treinar a segurança.
- Ao nível nacional/regional e com o ressurgimento do espírito da regionalização, parece ganhar consistência a possibilidade de surgirem novos intervenientes no mosaico da segurança interna, com a criação de polícias regionais.
- Há uma exigência de adaptabilidade constante do sistema *security* e de versatilidade de resposta e de prevenção, devido ao “fenómeno” da radicalização globalizada e dos modos de atuação inovadores para perpetrar ataques.
- O principal desafio assenta na constante redução de vulnerabilidades dos sistemas de *security*.
- As dificuldades financeiras, particularmente motivadas pelo desemprego e pelas desigualdades socioeconómicas, o fanatismo e radicalismo religioso, são algumas das motivações dos atacantes e desafios do sistema de *security*.
- Ainda que se mantenha o atual paradigma segurança interna/defesa, e sem prejuízo da cooperação que se possa impor nalgumas áreas, importa essencialmente garantir mecanismos ágeis de articulação em situações de normalidade, aquém/além dos casos de exceção já previstos.
- A existência de prédios, habitacionais e de serviços, que integram elementos de construção ou decoração que facilitam o escalamento, potenciam a intrusão e conseqüente furto.
- Algumas empresas de dimensão considerável, dispõem de estrutura/organização da área *safety*, não existindo organização da área *security*.
- Alguns empresários portugueses particularmente os de setores críticos, como a energia, transportes e telecomunicações, revelam-se pouco sensibilizados e pouco disponíveis para investir e desenvolver treinos e simulacros de segurança.
- Há registo de algumas ações de sensibilização em segurança nos vários setores estratégicos da sociedade portuguesa, com vista a promover o desenvolvimento de uma cultura securitária, mas de forma pontual e não sistematizada.
- A tomada de decisão em termos de prevenção e de reação perante uma ocorrência só é equilibrada se se tiver em linha de conta a perspetiva integrada do setor do transporte aéreo.
- O espaço Schengen, nasce essencialmente, por motivos económicos, no entanto, não é facilitador da segurança.
- O fator humano é considerado permeável ao risco da insider threat no sistema de segurança de aviação civil.

Soluções

- Reforçar a segurança dos transportes, estudando em conjunto entre os Estados-Membros os pontos vulneráveis das operações de transporte interno, bem como reforçar a segurança rodoviária, ferroviária, aérea e marítima, de acordo com as estratégias europeias de segurança interna e de combate ao terrorismo.
- Repensar os conceitos de segurança interna e de segurança nacional face ao inevitável o aprofundamento do espaço de liberdade segurança e justiça da União Europeia.
- Investir mais na troca e fluidez de informações a nível internacional, noutros tipos de controlos internos,

Apresentação

para além do fronteiroço.

- Promover a cooperação e troca de informação, de forma expedita, entre as várias entidades do Estado e outras partes interessadas com responsabilidades securitárias.
- Realizar treinos e simulacros de segurança no espaço físico/ciberespaço, na vertente *safety/security*, envolvendo entidades militares/civis, administração central/local e empresas/universidades, fazendo parte de uma estratégia nacional.
- Criminalizar atos preparatórios de determinados tipos de crime pode ajudar a prevenção.
- Elaborar parcerias com organismos de âmbito social no sentido de identificar indivíduos que assumam comportamentos desviantes perante dificuldades financeiras, fanatismo e radicalismo religioso.
- Definir ações comuns para detetar e combater os comportamentos de risco.
- Combater a instigação e o recrutamento em meios propícios (prisões, locais de culto, etc.).
- Desenvolver o diálogo intercultural.
- Continuar a investigação neste domínio e partilhar análises e experiências.
- Aproveitar os recursos em especial os provenientes da segurança privada, das autarquias, dos conselhos municipais de segurança, das polícias municipais, das empresas e das universidades, por parte dos serviços de informações e serviços de segurança devem poder.
- Definir e implementar, nas instituições, uma estratégia securitária com um carácter antecipador de ocorrências, difundida do topo da estrutura hierárquica até a base.
- Realizar de ações de sensibilização regularmente em segurança (*security*) regularmente nos vários setores estratégicos da sociedade portuguesa, especificamente ajustadas ao tipo de perigos, nível de risco, tipo de medidas preventivas e reativas desses locais.
- Desenvolver cursos e formações concretas direcionados para a Segurança (*security*), nomeadamente em matéria de cibersegurança.
- Criar um constante nível de adaptabilidade no sistema de *security*, exigindo versatilidade ao nível da prevenção e da resposta.
- Ajustar a periodização da revisão do sistema *security* à mudança e inovação constante do modo de atuação nos diversos incidentes.
- Abordar de forma integrada e continuada, a avaliação de risco, os planos de contingência e a continuidade de negócio, nas instituições.
- Inserir no processo de recrutamento e seleção questões de valores securitários, nomeadamente nas instituições consideradas infraestruturas críticas para a segurança.
- Realização de análise de antecedentes nas admissões, quando aplicável, nas infraestruturas críticas para a segurança.
- Realização de *benchmarking* ao sistema de segurança (*security*) da aviação civil.

II - Segurança Alimentar

Caracterização

- Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), morrem anualmente 420.000 pessoas devido ao consumo de géneros alimentícios contaminados, sendo 1/3 crianças com idade inferior a 5 anos.
- Na Europa, registe anualmente (segundo a OMS) cerca de 5.000 mortes (1,2% do total mundial), pode dizer-se que a Europa é dos locais mais seguros para consumir alimentos.
- Os desafios e as ameaças serão diferentes para Portugal, União Europeia e América do Norte e para os países em vias de desenvolvimento, mas, em maior ou menor grau, a par do objetivo “*Food Safety*”, passam obrigatoriamente pela “*Food Security*” e “*Food Defense*”.
- O estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu não é comparável porque dois terços da população mundial sofrem de carências alimentares.
- Portugal, a par da Europa, é dos locais mais seguros para se consumir alimentos, no que diz respeito a “*Food Safety*”.

- Os produtos portugueses são considerados de grande valor, o que também se reflete a nível dos valores crescentes em termos de géneros alimentícios exportados.
- A comunicação é muito mais rápida e intensa, facilitada pelas novas tecnologias, entre as várias entidades que têm como função garantir a segurança alimentar. Entre os países mais desenvolvidos e com sistemas de garantia da segurança alimentar mais avançados, a comunicação é basicamente em tempo real.
- O Estado português tem tido um papel fundamental em três vertentes específicas e interligadas: avaliação, gestão e comunicação de riscos.
- O consumidor português está hoje mais informado, exigente e é um parceiro fundamental na evolução da nossa cultura de “*Food Safety*”, reportando o que considera menos bem e premiando os bons exemplos.
- Os empresários portugueses mostram interesse para investimentos na área da segurança alimentar, contribuindo diretamente para a reputação das empresas e das suas marcas.
- Os empresários portugueses encontram-se absolutamente alinhados e são um exemplo de sucesso.
- As ações de fiscalização têm revelado elevados níveis de cumprimento.
- As universidades têm formado profissionais muito qualificados.
- No que respeita à gestão de riscos, Portugal tem vindo essencialmente a implementar a legislação comunitária em boa articulação com os operadores económicos.
- São os trabalhadores que estão com a “mão na massa”, ou seja, estão nas linhas de processamento, manipulação, produção e fornecimento de alimentos. O fator humano é imprescindível.

Ameaças/Desafios

- A nível global destaca a chocante contradição de uma em cada oito pessoas sofre carências alimentares a nível mundial, enquanto 1/3 dos alimentos são desperdiçados. O drama dos consumidores europeus desperdiçarem 88 toneladas de alimentos por ano, enquanto que 2/3 da população mundial sofre de carências alimentares
- Em termos da previsão para os próximos 50 anos de disponibilidade e acesso à água potável para a população mundial, que indica que mais de metade da população mundial estará sob sério risco de não ter acesso a esse bem essencial e vital à continuidade do ser humano.
- Se há uns anos as preocupações residiam sobretudo no estado básico de higiene dos alimentos, hoje as preocupações evoluíram para temas como os contaminantes químicos (utilização de pesticidas, a poluição das reservas hídricas) e biológicos, os valores nutricionais, a clonagem e manipulação genética.
- As instabilidades económicas locais e as guerras são ameaças à segurança alimentar.
- Marketing de produtos com a chancela de “saudáveis”, sem que o sejam.
- Outra das grandes ameaças prende-se com o abandono da agricultura.
- A “*Food Defense*” foi ainda pouco abordada, seguramente pelo tema sensível que é.
- Em relação ao acesso individual à alimentação (*Food Security*), há o risco da dependência externa, com o associado risco de rotura nas cadeias de logística, dando o exemplo de paralisações nos setores rodoviário e de transporte marítimo.
- Em termos de *Food Security* em Portugal, a maior ameaça será o envelhecimento da população e as questões ambientais.
- A necessidade da “*security*” a nível alimentar é menos perceptível para os consumidores.
- As principais ameaças prendem-se com a globalização das cadeias de abastecimento, com as sabotagens e, infelizmente hoje em dia, com os riscos de terrorismo.
- Risco para a saúde e bem-estar dos consumidores, causado pela “*Food Fraud*” de alguns alimentos.
- A nível global, infelizmente, assiste-se ainda a um desinvestimento nos meios necessários e adequados para uma fiscalização eficaz.
- Sistema que permita medir a verdadeira dimensão do problema, pois ainda hoje apenas uma parte dos casos serão reconhecidos, tratados, notificados e registados como doenças de origem alimentar.
- Informação mais alarmista, muitas vezes de fontes pouco credíveis, em particular nas redes sociais, leva

Apresentação

a uma imediata perda de confiança os consumidores, diminuindo a percepção de segurança alimentar.

- Nas Universidades existe, no entanto, uma notória escassez de recursos. Há necessidades de estudos epidemiológicos e de prevalência, com o objetivo de se ter um melhor mapeamento da realidade nacional e poder assim direcionar melhor a atuação.
- Portugal, no setor alimentar, tem muitas empresas pequenas e microempresas, sem competências e recursos.

Soluções

- Uniformizar todo um conjunto de legislação, boas práticas e procedimentos internacionais, de modo a que sistemas com diferentes níveis de exigências, em países que deviam ter padrões semelhantes, possam ter resultados finais semelhantes. A União Europeia poderá assumir um papel crucial na harmonização de boas práticas com os países em vias de desenvolvimento.
- Harmonizar e sensibilizar os países em vias de desenvolvimento com o suporte da EU e dos seus parceiros nesta área.
- Realizar protocolos e parcerias de forma a ser possível a circulação de determinados géneros alimentícios de e para a UE, mediante um processo de certificação dos mesmos.
- Continuar a promover a “*Food Security*” como sendo um assunto na ordem do dia na UE e países desenvolvidos.
- Continuar a apostar na educação/formação das crianças, jovens e população no geral.
- Educar para a responsabilidade social, desde o produtor ao consumidor.
- Promover a intervenção solidária e apoio no âmbito da educação/formação e programas de desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos aos países em vias de desenvolvimento
- Apostar na maior literacia do consumidor, para que este continue a ser cada mais interventivo, conseguindo fazer as melhores escolhas.
- Elogiar quando reconhecemos um bom exemplo de prática de qualidade alimentar e, por que não, também a valorização da marca “Feito em Portugal”.
- Apostar no novo plano de ação contra a resistência a antimicrobianos e a utilização responsável de antimicrobianos nos seres humanos, na produção animal e vegetal “*EU One Health Action Plan against Antimicrobial Resistance*”.
- Elaborar projetos que visem facilitar e incentivar a doação de géneros alimentícios, atuando a nível de “*Food Security*”, no campo do desperdício alimentar. Um bom exemplo é o projecto da ASAE no que concerne a alimentos apreendidos por motivos que não a sua salubridade.
- Implementar eficazmente a Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar e o Respetivo Plano de Acção sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA).
- Continuar a promover e apoiar as parcerias entre os organismos motores de ciência e investigação e os organismos estatais e/ou empresariais.
- Apostar por parte dos Governos nas entidades fiscalizadoras, em recursos técnicos e financeiros para que possam atuar de forma eficaz.
- Promover, a informação, entre todas as partes, do sentido que as fiscalizações e inspeções não são contra ninguém, mas para o bem de todos.
- Continuar a publicar estudos, por parte da DECO ou outras entidades, que permitem identificar problemas e que “obrigam” por um lado à atuação da fiscalização e por outro a uma ação de vigilância do mercado.
- Existir uma maior fundamentação para os produtos que são colocados no mercado.
- Articular a informação em comunicação de crise, através da presença da Comissão de Segurança Alimentar.
- Apostar mais em estratégias de longo prazo em detrimento de curto prazo.

- Melhorar os níveis de segurança alimentar, nas empresas, através da implementação de soluções mais modernas, particularizadas e adotando uma gestão de constante melhoria.
- Melhorar a relação entre universidades e empresas, sendo que as empresas devem proporcionar mais tempo de pesquisa às universidades e as universidades devem procurar entender mais e melhor a dinâmica das empresas.
- Trabalhar em rede todas as partes interessadas do sistema de segurança alimentar, promovendo a sua interação e a confiança, para promover uma cultura de segurança.
- Insistir com a crescente consciencialização do fator humano, uma vez que este tem efeito diferenciador para potenciar a Segurança Alimentar.
- Centrar a intervenção em três linhas: a) reforço do conhecimento dos perigos, atuais e emergentes, e riscos associados aos diferentes passos da cadeia alimentar; b) desenvolvimento de novas ferramentas que permitam uma melhoria contínua da produção e distribuição de géneros alimentícios; e c) conhecimento do fator humano, nomeadamente a perceção do consumidor face ao risco e as novas necessidades de comunicação.

III- Segurança na Escola

Caracterização

- Países nórdicos da Europa (Finlândia e a Noruega) têm práticas positivas do sistema de segurança escolar, enquanto os países de Leste da Europa são notados pela negativa.
- Estados Unidos são também exemplo de caso negativo.
- Portugal está estável e na média da Europa de acordo com os dados no estudo *Health Behaviour in School-aged Children* (HBSC).
- O ponto de viragem da história de segurança escolar em Portugal foi o evento muito negativo sobre a perceção de vitimização na escola, em 2002.
- Segundo a Direção Geral da Educação (2014) há um progresso no controlo de situações que afetam a segurança das comunidades escolares.
- A insegurança nas escolas tem a ver por um lado com os acidentes e por outro lado com a violência interpessoal.
- A maior parte dos acidentes na escola ocorrem nos intervalos e nos recintos/espacos/tempo desportivos e prejudicam a motivação para a prática desportiva.
- Os jovens portugueses são os que menos praticam atividades físicas, nomeadamente as jovens mais velhas (15 anos).
- Há ainda o risco da insegurança através das tecnologias de informação e comunicação (TIC): *ciberbullying*, excesso do TIC e o uso abusivo da internet.
- Cerca de 13% das escolas facilitam o processo de convivialidade pacífica, cerca de 16% das escolas prejudicam este processo e as restantes não têm um efeito definido.
- Há em 2014 um número reduzido de provocadores, mas que continuam a ter, cada um, várias vítimas.
- As famílias nem sempre têm a maior segurança interna, nomeadamente no que se refere a violência interpessoal e física.
- Portugal não é um país amigo das famílias.
- Segundo HBSC (2014), os atuais currículos escolares portugueses são os que mais acusam esse *stress*, devido a serem obsoletos, longos e fastidiosos.
- Segundo HBSC (2014), os portugueses são também os que se acham menos capazes na escola, dos que cada vez gostam menos da escola e das aulas.
- A Plataforma de Registo Eletrónico de Ocorrências – criada no ano letivo de 2006-2007 e sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, regista as ocorrências verificadas no recinto escolar.
- O Programa Escola Segura, um programa com iniciativa conjunta das áreas governativas da Educação e da Administração Interna regista as ocorrências fora do perímetro escolar.

Apresentação

Ameaças/Desafios

- Apesar de Portugal estar na média da Europa, decorrem situações de cuidados não continuados, que podem sempre levar a piorar situações já dadas como ultrapassadas.
- Recursos insuficientes na monitorização dos espaços de recreio (assistentes) e à volta da escola (Escola Segura).
- Assistentes operacionais e professores sentem-se não valorizados, com carreiras instáveis, não reconhecidos e em geral desmotivados, o que influencia na sua integridade física e mental e não ajuda a criação de uma situação favorável para os alunos.
- Falha de intercâmbio entre os profissionais de segurança e os professores de educação física, no sentido de diminuir as lesões (devido a excessos, mau aquecimento, etc.), assim como, violência interpessoal nos campos de jogo e nos balneários.
- Análise de risco pouco sistematizada dos recintos/espacos onde ocorrem os acidentes na escola.
- Falta de reflexão curricular para tornar dinâmicos e atuais os currículos obsoletos, longos e fastidiosos.
- Falta de estruturado e continuidade nas ações de formação de docentes e não docentes.
- Observadores pouco ativos e interventivos na prevenção e na solução.
- Mudança de hábitos familiares em direção a uma “cultura de convivalidade e não-violência”.
- Falhas na parceria escola-família.
- Extensão de boas práticas das escolas portuguesas com programas de qualidade a outras escolas, no sentido de melhoria e continuidade nas intervenções.
- Exposição mediática de desvalorização de uma cultura de riscos pessoais, cultura arruaceira e de prémio dos mais descorteses.

Soluções

- Promover a desburocratização e a flexibilização na Administração Pública.
- Elaboração, implementar e manter projetos continuados que visassem a mudança da cultura escolar e que fossem participados por todos *stakeholders*.
- Elaborar e implementar um programa de sustentabilidade social escolar, no sentido de haver continuidade de cuidados.
- Conceber e implementar um sistema simples de reportes de situações (condições e atos) inseguras, de forma a garantir a confidencialidade e o anonimato do observador.
- Desenvolver, implementar e monitorizar procedimentos de segurança, no que diz respeito à análise preventiva de risco das atividades que decorrem no recinto escolar, assim como, investigação e análise de situações inseguras (acidentes ou não) no sentido de correção e aprendizagem.
- Promover junto das Escolas a possibilidade de utilização do programa anual de incentivo a projetos da DGE.
- Realização de parceria “família-escola-autarquia-município-país” que possam vir a ser debatidos todos os desafios no sentido de encontrar soluções. Ex: a insuficiência de recursos para monitorizar espaços de recreio e zonas de inserção poderá ser debatido junto da autarquia.
- Realizar parcerias entre as entidades governamentais e a academia, no sentido de elaboração de estudos que sustentem o processo de mudanças, a nível de planeamento, realização, avaliação e melhoria.
- Fazer divulgação em massa e publicitar nos sítios oficiais dos *stakeholders* as Escolas reconhecidas com o “selo de qualidade” (SaudavelMente) pela Ordem dos Psicólogos Portugueses.
- Estimular a debate entre profissionais de segurança/saúde e professores de educação física.

IV- Segurança na Estrada

Caracterização

- A ONU adotou a segurança rodoviária como uma causa mundial em conjunto com a Federação Internacional do Automóvel e a Organização Mundial de Saúde.

- A nível mundial há diferenças significativas em termos de segurança rodoviária, já que em países asiáticos é normal conduzir sem cinto ou capacete e na América do Norte existe uma fiscalização muito apertada.
- Os números da sinistralidade continuam absurdamente elevados: 1 milhão e 200 mil mortos por ano.
- Em Portugal Continental, nos últimos cinco anos 188.519 pessoas foram vítimas de acidentes rodoviários, das quais 9.778 sofreram lesões graves e 2.201 perderam a vida.
- Elevada afetação dos custos da não segurança no Produto Interno Bruto (PIB).
- Em Portugal temos assistido a um retrocesso incrível, em termos de segurança rodoviária.
- É na infância que se enraízam comportamentos ao mesmo tempo que as crianças influenciam os pais.
- Sem dúvida que a adoção de comportamentos seguros é vista, de forma transversal, como antecedentes da segurança rodoviária.
- A mudança comportamental não se faz só pela repressão, mas sim pela alteração preventiva de mentalidades, só assim se muda o paradigma.
- As empresas ainda percebem a segurança rodoviária profissional como um custo, no entanto, se fizerem as contas, ganham muito mais se atingirem os “zero” acidentes.

Ameaças/Desafios

- A cultura de segurança rodoviária é débil, não existem consequências para os prevaricadores, há falta de fiscalização e falta de campanhas de sensibilização.
- Existe um défice em conhecimento de segurança rodoviária sobretudo ao nível político, local e nacional.
- A fiscalização, por falta de meios, é escassa.
- O Estado devia ter um papel mais ativo na fiscalização das escolas de ensino de condução.
- Utilização, por parte do Estado, das receitas do Fundo de Garantia Automóvel, oriundo de pagamento de 4% nas apólices, para outros fins que não os de prevenção.
- Os desafios comportamentais são: utilização do cinto nos bancos de trás, não utilização do telemóvel, passar no amarelo e conduzir em excesso de velocidade.
- Os conteúdos do ensino do código estão desfasados do ambiente rodoviário, bem como, a exigência dos exames que são muito permissivos.
- Falta de dados sobre os custos da não segurança rodoviária profissional nas empresas.

Soluções

- Incluir a prevenção de segurança rodoviária nos currículos escolares, em todos os graus de ensino.
- Promover fortemente iniciativas de instituições ou indivíduos que foquem a educação rodoviária destinada a crianças e jovens, apoiado pelo Estado.
- Realizar *benchmarking* a Espanha no que diz respeito ao cálculo dos custos da não segurança rodoviária e a sua afetação no PIB.
- Munir as entidades fiscalizadoras de meios humanos e técnicos suficientes.
- Incluir a temática de segurança comportamental na formação dos condutores.
- Rever urgentemente os conteúdos do ensino do código, assim como, o tipo de exames.
- Dar prioridade à prevenção em detrimento da fiscalização repressiva.
- Dar visibilidade à prevenção rodoviária na prevenção dos riscos profissionais.
- Identificar os perigos e avaliar o nível de risco, seja para construir algo novo, ou seja, para corrigir o existente.
- Formar em prevenção rodoviária quem planeia as vias públicas.
- Elaborar, implementar e monitorizar campanhas contínuas e intermitentes direcionadas à melhoria comportamental.
- Divulgar insistentemente as alterações ao código da estrada assim como campanhas focalizadas às necessidades do país, através dos meios de comunicação social.

Apresentação

V- Segurança no Trabalho

Caracterização

- Morre uma pessoa de 15 em 15 segundos por doenças profissionais ou acidentes de trabalho em todo o mundo.
- A cada 24 horas, 4 a 5 trabalhadores morrem por doença ou acidente ligado ao trabalho.
- A cada 24 horas, mais de 650 trabalhadores têm um acidente de trabalho.
- Existe claramente uma desigualdade em termos mundiais no que diz respeito às condições de trabalho e, nessa matéria, a Europa é um farol.
- Em 2015, os países do G20, que são os que têm mais poder industrial em todo o mundo, fizeram a primeira declaração sobre segurança no trabalho.
- Nos USA, as empresas têm uma cultura de participação e divulgação de situações de quase-acidente que alcançam níveis invejáveis.
- A China está a investir na contratação em massa de inspetores de trabalho, o que era impensável há uns anos.
- Sul da Europa está muito atrasado em comparação com o Norte da Europa.
- Os indicadores da Eurostat deixam Portugal numa posição desconfortável entre os países da EU, o que não está em consonância com o que se esperaria tendo em conta que a legislação exigente nacional.
- Segundo as estatísticas oficiais do GEPE em 2014, morrem em Portugal 160 pessoas por ano em acidentes de trabalho mortais.
- A Suécia que tem mais ou menos a mesma população ativa que Portugal, tem um grau de industrialização muito superior ao nosso, tem muito mais construção civil neste momento, teve 35 mortos nesse ano.
- A Suécia monitorizou a saúde de mais de 3000 trabalhadores do género masculino, durante cerca de dez anos, com idades compreendidas entre os 19 e os 70 anos; essa investigação sugere que os “maus chefes” aumentam significativamente o número de problemas cardíacos nos trabalhadores, incluindo casos fatais.
- Portugal está no nível 2 (1 é reduzido e 4 muito elevado) no que diz respeito à cultura de segurança, porque continuam a existir incumprimentos e infrações básicas nos locais de trabalho que já era suposto não existirem.
- Numa empresa multinacional podem observar-se as diferenças entre cultura de segurança em distintas geografias, embora atenuadas pelas políticas comuns.
- A cultura de segurança não é a causa das práticas profissionais ou do “modelo de segurança” das organizações; pelo contrário, ela é consequência desses fatores.
- Por muita cultura de segurança que se promova, se não houver condições de trabalho seguras, de pouco serve.
- A cultura de segurança inicia-se e sustenta-se com a educação escolar e a formação ao longo da vida.
- Com a exceção dos cursos específicos de segurança no trabalho, os conteúdos programáticos, salvo raras exceções, não integram o tema, quando é um tema que deveria ser de preocupação social.
- Se uma empresa tiver uma boa imagem em SST, vende mais e melhor, sobretudo no mundo desenvolvido onde há dinheiro.
- Em relação aos riscos psicossociais, Portugal, ainda está mais atrasado do que em relação à avaliação dos riscos tradicionais.
- As empresas portuguesas dizem (inquérito) que cumprem a legislação de SST por causa das coimas.
- A CGTP-IN tem mais de 85% dos representantes para a SST eleitos em Portugal.
- A visão dum empresário de uma pequena empresa é distinta da visão do empresário dum grande empresa, eventualmente cotada em bolsa, em que os investidores dedicam grande importância aos temas da sustentabilidade, e aos custos da não segurança, o que torna a SST um dos fatores estratégicos da gestão.
- Uma empresa que se pauta por uma política de zero acidentes tem obviamente de ter uma política de promoção de comportamentos seguros.

- Para que cada empresa melhore é necessário que faça um bom diagnóstico sobre a cultura de segurança.
- Os indicadores de segurança e saúde no trabalho são também indicadores de qualidade e de sustentabilidade que testemunham o profissionalismo dos gestores e trabalhadores.
- O exemplo da liderança é fundamental para se obterem resultados.
- Quando se trata de segurança nada pode dar-se como adquirido; mesmo tendo menos acidentes e incidentes é sempre necessário estar (ainda mais) atento para as falhas na prevenção.
- As características do trabalho em Portugal continuarão a mudar em resposta ao desenvolvimento económico, às mudanças tecnológicas e às alterações demográficas.
- A prevenção de riscos profissionais e a promoção de condições mais seguras e saudáveis nos locais de trabalho são essenciais para melhorar a qualidade do emprego, o bem-estar no local de trabalho e a competitividade das empresas.
- Manter os trabalhadores saudáveis tem um impacto positivo direto e quantificável na produtividade e na saúde do trabalhador, contribuindo para melhorar a sustentabilidade dos sistemas de segurança social.
- Os investimentos na melhoria de ambientes de trabalho são não só um fator que estimula a motivação dos trabalhadores mas também um fator de atração de talentos.
- O assédio e a pressão psicológica que lhe está associada, os horários desregulados e a desarticulação com a vida pessoal e familiar e a descaracterização dos enquadramentos funcionais, são razões da profusão de situações de doença psicossocial, na qual podemos enquadrar o stress laboral, a depressão crónica ou o esgotamento nervoso.
- A SST tem uma relação direta com o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Não podemos esquecer que atrás de cada trabalhador há uma família.

Ameaças/Desafios

- O modelo do sistema de segurança e saúde no trabalho em Portugal está ultrapassado. O Estado deve repensar a sua arquitetura juntamente com os parceiros sociais.
- O Estado deve considerar um papel mais participativo das partes interessadas na produção e transposição da legislação, nomeadamente das associações empresariais e as organizações sindicais.
- A Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2014-2020, está num limbo, cuja avaliação intermédia é desconhecida.
- Há que trabalhar a prevenção de riscos profissionais em rede.
- A vertente preventiva tem reduzida intervenção quando comparada com a vertente inspetiva na Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).
- A atuação inspetiva (ACT) deverá ser rápida, eficaz e eficiente sempre que sejam conhecidas as infrações às regras e normas de SST.
- Há mais de 4 anos a ACT não financia regularmente projetos de formação para representantes dos trabalhadores em SST.
- A ACT faz muito menos visitas inspetivas aos locais de trabalho e promove menos cursos, seminários, estudos, manuais, do que fazia há 10 anos.
- As queixas de segurança e saúde no trabalho que chegam à ACT são irrisórias. Só isto espelha o estado de inconsciência em que trabalhadores e sindicatos vivem. Se houver registo substancial de queixas, consegue-se definir melhor as prioridades.
- O projeto de integração da SST nos currículos escolares, desde o básico até ao superior, é desconhecido. Isso, passa por haver vontade política. A ACT já contactou o Ministério da Educação, sem sucesso.
- Os técnicos de prevenção da ACT vão para os agrupamentos escolares e durante um dia falam de segurança e saúde no trabalho às crianças e aos jovens. Só se consegue chegar a 1% de agrupamentos escolares.
- As grandes faculdades de engenharia portuguesas não têm disciplinas de segurança e saúde no trabalho integradas nos cursos.

Apresentação

- Há um défice de formação dos professores e de falta de meios, para a integração da SST na educação.
- Os técnicos de SST ou os médicos do trabalho não estão preparados para os riscos psicossociais.
- A avaliação intrínseca comportamental em segurança ainda não é feita, nos locais de trabalho em Portugal. Esta avaliação de riscos é realizada suportada pela legislação.
- Cada vez é mais importante que os próprios inspetores do trabalho e os técnicos da segurança e saúde no trabalho tenham uma capacidade de persuasão muito maior nos contextos onde atuam.
- Falta de consciencialização por parte de alguns empresários portugueses.
- A ideia de que a SST constitui um custo e não um investimento.
- A maioria das empresas não sabem como fazer para promover a prevenção através do fator humano, sendo esta solução mais económica.
- Para melhorar a prevenção não basta apenas introduzir medidas de engenharia ou outras nos locais de trabalho; é também preciso observar aquilo que os trabalhadores fazem (e porquê o fazem), depois de introduzidas essas medidas.
- Os trabalhadores não estão consciencializados para a necessidade de uma análise de riscos antes de atuarem.
- Um modelo que pode funcionar, na perfeição, numa determinada empresa pode revelar-se um verdadeiro “desastre” na empresa vizinha.
- Quando estamos perante cenários em que as hierarquias tendem a ser profundamente autoritárias e insensíveis, parece que os níveis de stress e ansiedade aumentem de forma exponencial. Portugal necessita urgentemente de combater este flagelo, ao nível das interações/relações humanas no trabalho.
- O pequeno empresário e o microempresário, muitas vezes é ele próprio trabalhador, não tem *know how*, nem sabe como fazer, nem sabe o que a lei lhe oferece ou obriga a fazer.
- Nas pequenas empresas o cumprimento das regras de SST de uma maneira geral é muito superficial.
- As ameaças estão relacionadas com eventuais crises. Quando se pretendem reduzir custos nas empresas, os menos visíveis no momento são os custos com a segurança no trabalho, embora quase sempre se chegue depois à conclusão que resulta mal.
- O conhecimento produzido nas academias portuguesas não chega às empresas.
- Há pouca investigação na área das doenças profissionais e a que existe é sobre a reparação, mais numa perspectiva médica ou jurídica. Falta a visão preventiva.
- A psicologia cognitiva e as neurociências têm revelado descobertas muito importantes nos últimos anos. Infelizmente, esse conhecimento recente raramente tem sido aplicado na área da segurança e saúde no trabalho.
- Há pouca investigação sobre as radiações electromagnéticas, provocadas pelos aparelhos sem fios.
- Falta de boa imagem de Portugal, para captação de investimento. A segurança e saúde no trabalho, hoje em dia, vende.

Soluções

- Assumir firmemente, por parte do Estado, a decisão política de integrar as matérias de SST nos currículos escolares em todos os graus de ensino. Possibilidade de realizar *benchmarking* aos países do Norte da Europa com sucesso, nesta matéria.
- Ser realizado *benchmarking* aos sistemas de segurança portugueses de sucesso, como exemplo e prova neste caderno, o sistema de segurança alimentar.
- “Digitalizar” e ajustar o sistema de prevenção SST à realidade de redução demográfica que vai ter lugar na Europa.
- Estimular o trabalho em rede, de forma que seja realizado de forma tripartida entre os sindicatos, as empresas e os profissionais, a cargo da ACT e restantes parceiros institucionais.
- Divulgar periodicamente o procedimento de avaliação final e intermédia de Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2014-2020.
- Reconhecer publicamente e de forma intermitente os organismos que cumpram acima da média os

objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2014-2020.

- Promover a inserção na agenda mediática, as boas práticas e os bons resultados em SST, para que possam servir de incentivo entre todas as partes interessadas: trabalhadores, empresas, investidores, países.
- Promover parcerias com órgãos de comunicação social e na utilização das redes sociais para a comunicação de informação sobre SST.
- Insistir em estimular as políticas públicas de segurança e saúde no trabalho, por parte do Estado, incentivando as academias e outros atores a investigarem e a disseminarem essa investigação por toda a sociedade.
- Integrar no sistema de informação de prevenção de riscos profissionais, de forma simples e transparente, o procedimento de registo de reclamações junto da autoridade para as condições de trabalho, a ser divulgado pela ACT, sindicatos, empresas, média temático e outras partes interessadas.
- Munir os serviços de inspeção do trabalho (ACT) de recursos e competências de forma que a sua atuação inspetiva seja rápida e eficaz sempre que houver infrações às regras e normas de SST.
- Munir a ACT de recursos de forma a impulsionar a implementar ações na vertente preventiva.
- Divulgar em forma de cursos, seminários, estudos, manuais ou outros, o conhecimento técnico-científico sobre os novos riscos e fatores humanos, apoio da ACT.
- Partilhar pelas entidades ou organizações empresariais aos restantes *stakeholders* do sistema preventivo, as boas práticas empresariais no que diz respeito à intervenção organizacional e comportamental sobre os riscos emergentes e psicossociais.
- Apoiar várias iniciativas com o objetivo de estimular o crescimento da cultura de prevenção e de interdependência, por parte do Estado.
- Estimular a contratação de fornecedores, por parte das empresas, que cumpram os requisitos de segurança e saúde no trabalho e de responsabilidade social.
- Promover a divulgação do conhecimento técnico-científico sobre o sistema de gestão da segurança baseada na observação e atuação sobre os comportamentos, sendo estas melhorias decisivas, mesmo quando as melhorias técnicas/tecnológicas e organizativas parecem esgotadas.
- Formar os líderes e se necessário acompanhar através do processo de coaching, no sentido de que a sua atuação seja através do exemplo, sendo esta questão fundamental para eficácia e eficiência do sistema de gestão da SST.
- Promover a consulta e a participação ativa e efetiva dos trabalhadores no processo de melhoria de SST, através da inspeção e da prevenção. Não basta que haja nomeação de representantes dos trabalhadores, nem que seja lançado o inquérito aos trabalhadores sem a mínima preocupação com a taxa de respostas.
- Focar mais a formação dos trabalhadores no que diz respeito às suas tarefas e funções concretas, aliada a um plano de ações de melhoria e mudança.
- Elaborar e promover novas estruturas de apoio às pequenas e médias empresas no sentido de promover a implementação dos serviços de SST, por parte da ACT.
- Promover mais a inspeção (ACT) às empresas autorizadas a prestação de serviços externos através de visitas aos seus clientes.

VI- Segurança da informação

Caracterização

- Em 2009, a Europa consagrou, com força vinculativa, o direito fundamental à proteção de dados com o Tratado de Lisboa.
- Em 1976, Portugal foi pioneiro na proteção de dados ao nível constitucional, sendo motivo de orgulho.
- Existe desde 1994 um regime legal de proteção de dados pessoais em Portugal, aplicável de igual modo ao setor público e ao setor privado, sem exceções.
- Em 2017, havia 20 biliões de equipamentos ligados à net.
- Em 2020 prevê-se que 50 biliões de equipamentos estejam ligados à internet.

Apresentação

- Em 2021, prevê-se que 50% das transações *online* vão utilizar sistemas biométricos para se certificarem que as pessoas são quem dizem ser.
- Em 2030 serão 500 biliões de equipamentos ligados à internet.¹
- Relativamente à utilização de dados de registo dos passageiros - PNR - *Passenger Name Record* para efeitos de combate ao terrorismo, verifica-se uma certa discriminação positiva dos passageiros do transporte aéreo privado face aos passageiros dos voos comerciais.
- Do novo regulamento geral de proteção de dados (RGPD) advêm novos direitos e ou direitos reforçados para os titulares dos dados – ex: direito ao esquecimento e direito à portabilidade dos dados.
- O RGPD reconhece expressamente as técnicas de *profiling* que se aplicam atualmente a grandes quantidades de informação (*big data*).
- A Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço irá ser revista.
- Um dos índices utilizados para classificar o estado de desenvolvimento de um País é o facto de ter ou não legislação nacional relativa à proteção dos dados das pessoas.
- A cibersegurança considera o fator humano, a educação, a sensibilização e a prevenção como fatores cruciais.
- A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) lançou o Projeto DADUS, um programa para crianças e jovens, no contexto escolar em todo o território nacional, com o apoio do Ministério da Educação.
- No que diz respeito à prática de fiscalização no terreno, a CNPD tem um palmarés invejável por comparação com a maioria dos países europeus.
- A CNPD promoveu protocolos de cooperação com algumas instituições universitárias.
- Atualmente estão a ser estudados os seguintes assuntos: proteção de dados e privacidade e a sua relação com o mundo digital, a internet das coisas, a internet dos corpos, a inteligência artificial e a robótica, a liberdade dos indivíduos, a salvaguarda de outros direitos fundamentais, como o direito à liberdade de expressão e de circulação.
- O consentimento do titular dos dados tem de ser explícito.
- Empresas que olham seriamente para a cibersegurança têm vantagens competitivas, quer na capacidade de ser resiliente no mundo digital, quer na redução nos prémios de seguros.
- Nas empresas privadas e mesmo as entidades públicas, a segurança é uma espécie de “parente pobre”, com exceção do setor financeiro por ser indispensável ao negócio.
- O encarregado de proteção de dados é uma figura obrigatória no setor público e, em alguns casos, no setor privado.
- Relativamente a sanções a aplicar por incumprimento do RGPD, é defendida a igualdade de tratamento a entidades públicas e privadas.
- Cada vez mais, na internet, o que se utiliza que não seja pago em dinheiro é pago com dados (*surveillance market*).
- Não existe um conceito universal de “ciberataque”.²
- É consensual a ideia que os dados são o novo “petróleo”.

Ameaças/Desafios

- A nível mundial, a cibersegurança ainda é tratada de modo deficiente, pela pouca cultura de segurança digital que existe, pela escassez de meios humanos com competências na área e pela rapidez da transformação digital.
- Por iniciativa da União Europeia é promovida a adoção de legislação, a discussão e a cooperação nessa matéria. Existe uma maior sensibilização para as questões da cibercriminalidade, no entanto, continuamos aquém das necessidades reais.
- A adoção e aplicação da legislação já existente, por todos os países, pode ser uma ajuda decisiva para o

combate ao cibercrime.

- As pessoas não têm consciência dos riscos, há ainda uma insuficiente cultura de segurança digital, quer dos próprios titulares dos dados, passando pelos utilizadores das IT, até aos responsáveis de empresas e organismos.
- A segurança dos dados pessoais não é ainda entendida como uma prioridade pelos responsáveis, apesar de a economia ser cada vez mais digital e de o ciberespaço mostrar diariamente as suas fragilidades e ser crescentemente alvo de ação criminosa.
- Continua a haver muitas deficiências e vulnerabilidades de segurança no mundo físico que afetam a segurança de informação.
- Há ofertas na vertente tecnológica de muita qualidade, no entanto, face às carências de mercado é preciso aumentar, e muito, o número de pessoas formadas.
- Face à aceleração da transformação digital, há áreas emergentes, como a internet das coisas, a tecnologia das *blockchain* ou da *big data*, que necessitam de muita I&D.
- A disponibilização de dados pessoais nas redes sociais por iniciativa dos seus próprios titulares expõe de forma muito intensa a sua privacidade.
- A segurança dos dados pessoais tem de ser mantida em todas as fases do tratamento de dados, desde a recolha da informação até à sua destruição.
- O estudo tem de ser constante para ser possível acompanhar a evolução tecnológica e conseguir responder aos desafios que diariamente se colocam. Essa exigência é tanto maior quanto maior for a velocidade de mudança da realidade.
- Há necessidade de estimular a confiança em geral, sem deixar de estudar e investir na sociedade digital, com atenção à área comportamental em matéria de cibersegurança.
- Há que introduzir nas unidades curriculares de vários cursos a segurança digital com uma abordagem de profundidade.
- Em relação à procura há que trazer mais pessoas para esta área, em especial as mulheres para a cibersegurança.
- No cibercrime, a investigação tem de ser muito mais expedita porque as evidências desaparecem muito mais rapidamente.

Soluções

- Dar cumprimento às exigências legais, adotando políticas internas, procedimentos próprios, equacionando novos riscos, formando os utilizadores, entre outros.
- Eliminar, reduzir e controlar o risco, executando uma gestão integrada. A implementação de sistema de segurança de informação, compostos por políticas, processos e procedimentos, seria uma boa ajuda.
- O legislador tem de equacionar que tipo de segurança é exigível para cada sistema de informação em concreto, atendendo às suas características (ambiente fechado ou aberto, acessos do exterior, rede utilizada, etc.).
- Adotar mecanismos e soluções técnicas como a da *privacy by design* como forma de minimizar o risco, de controlo de acessos e elaboração de perfis de acesso determinados em função da necessidade de conhecer, do rastreio da ação dos utilizadores.
- Diminuir o risco de violação de segurança nos tratamentos de dados pessoais, através da educação das pessoas, para o que devem fazer e não fazer; e, como fazer e não fazer.
- Identificar o que de facto é importante na organização ou empresa e garantir que pode correr um *patch* efetuar segmentações e *backups*.³
- Organizar ações formativas específicas para fazer face à obrigatoriedade legal da existência de Encarregados de Proteção de Dados, no setor público e, em alguns casos, no setor privado. É natural que

Apresentação

a CNPD venha a assumir essa responsabilidade no futuro.

- Capacitar todos os intervenientes, desde a população em geral, aos gestores, aos profissionais das TIC, aos profissionais de quem usa as TIC (quase todos) e aos utilizadores finais.
- Desenvolver e apresentar boas soluções, tecnicamente sólidas, inovadoras, no caso dos setores das TIC, que possam ser exportadas para o mercado global.
- Diminuir vulnerabilidades no domínio físico, através da adoção de procedimentos adequados, o que ajudaria a elevar o nível de segurança da informação.
- Identificar os comportamentos-alvos para a população portuguesa, com necessidade de intervenção.
- Elaborar programa de informação sobre os comportamentos-alvos e implementar com a participação de todos os *stakeholders* e apoio da comunicação social.
- Apoiar iniciativas, da responsabilidade da CNPD, com o objetivo de estimular a cultura de segurança, seja de organizações ou indivíduos singulares.
- Promover trabalho em rede, onde toda as partes interessadas de investigação de cibercrime possam intervir.
- Continuar a promover nos vários níveis de ensino, cursos e/ou disciplinas com foco na segurança digital.
- Promover a participação das mulheres na segurança digital, através do cumprimento da quota mínima de género na área profissional, de incentivos ao acesso a cursos, entre outras.
- Articular a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço e o Regulamento geral de proteção de dados.

¹ Pedro Casto (2017). Security System Engineer, in *Conferência C-Days Ciber Segurança 2017*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS). Lisboa

² Reimão Teixeira (2017). Cyberdefense Blends in the Digital Environment, in *Conferência C-Days Ciber Segurança 2017*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS). Lisboa

³ Pedro Casto (2017). Security System Engineer, in *Conferência C-Days Ciber Segurança 2017*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS). Lisboa

A natureza interventiva desta publicação, remete-nos para o envio da mesma aos órgãos de soberania (Presidente da República; Assembleia da República; Governo e Tribunais) e parceiros sociais. Será também remetida aos agentes mediáticos.

FINANCIAMENTO

O CTP 1 foi financiado por PROATIVO, Instituto Português. É disponibilizado ao público completamente gratuito.

AGRADECIMENTOS

Os coordenadores e responsáveis deste trabalho querem expressar o seu profundo agradecimento a todos os entrevistados e instituições envolvidas, pela disponibilidade e respetivas contribuições, fulcrais para esta primeira publicação.



Natividade Gomes Augusto
*Coordenadora do Caderno, em representação do
PROATIVO, Instituto Português*



João Milhano
*Coordenador do Caderno, em representação da
PSP-Polícia de Segurança Pública*

.....
(1) A RSC é uma revista técnico-científica, implementada desde 2010 no mercado luso-brasileiro, com carácter independente, e indexada a nível internacional na base Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal).

(2)

Missão:

Criar ou moldar valores, atitudes e comportamentos de segurança, em prol de um ambiente social melhor!

Visão:

Ser a maior referência em termos de dinamismo nos países de língua oficial portuguesa, com base na ciência e inovação, promovendo através da mudança comportamental uma vida melhor, mais segura e saudável.

Valores :

Valores de suporte

- Salvaguarda da vida humana
- Proteção do meio ambiente
- Defesa da propriedade
- Respeito pelas pessoas

Valores de intervenção

- Compromisso visível: é imperativo praticarmos o que dizemos.
- Conhecimento de ponta: acompanhamos os avanços teóricos e práticos.
- Credibilidade e rigor: controlo regular do conhecimento transmitido, através de colaborações de académicos e técnicos especialistas.
- Proatividade: a flexibilidade e o dinamismo perante situações novas.
- Confidencialidade: confidencialidade e respeito por todos os *stakeholders*.

Behaviour Based Safety

Cultura de Segurança

Proficiência em risco

Observações Preventivas de Segurança

Indicadores Proativos de Segurança

